



OS PRIMEIROS ANOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM SÃO PAULO: PROFESSORES E DISCIPLINAS NA ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA (1933-1937)

THE EARLY YEARS OF SOCIAL SCIENCES IN SÃO PAULO: PROFESSORS AND DISCIPLINES AT THE ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA (1933-1937)

LOS PRIMEROS AÑOS DE LAS CIENCIAS SOCIALES EN SÃO PAULO: PROFESORES Y DISCIPLINAS EN LA ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA (1933-1937)

Rodrigo Estramano de Almeida¹

e768332

<https://doi.org/10.47820/recima21.v7i6.8332>

PUBLICADO: 06/2026

RESUMO

O artigo toma por objeto os programas das disciplinas ministradas na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo entre os anos de 1933 e 1937. O objetivo é analisar a lógica do programa pedagógico da primeira instituição voltada ao estudo e à pesquisa em Ciências Sociais da América Latina com a finalidade de estabelecer uma problematização entre os intelectuais-professores que elaboraram os programas, suas áreas de saber originais e a institucionalização do ensino de Ciências Sociais no Brasil. As proposições extraídas da análise do quadro sugerem que havia uma sintonia direta dos planos de ensino com as gramáticas modernizantes dos anos 1930.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Livre de Sociologia e Política. São Paulo. Ciências Sociais.

ABSTRACT

This article focuses on the syllabi of the courses taught at the Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo between 1933 and 1937. The objective is to analyze the logic of the pedagogical program of the first institution dedicated to the study and research of Social Sciences in Latin America, aiming to problematize the relationship between the intellectual-professors who developed the programs, their original fields of knowledge, and the institutionalization of Social Science teaching in Brazil. Our initial propositions suggest a direct alignment of the teaching plans with the modernizing grammars of the 1930s.

KEYWORDS: *Escola Livre de Sociologia e Política. São Paulo. Social Sciences.*

RESUMEN

El artículo toma como objeto los programas de las asignaturas impartidas en la Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo entre los años 1933 y 1937. El objetivo es analizar la lógica del programa pedagógico de la primera institución dedicada al estudio y la investigación en Ciencias Sociales en América Latina, con el fin de establecer una problematización entre los intelectuales-profesores que elaboraron los programas, sus áreas de conocimiento originales y la institucionalización de la enseñanza de las Ciencias Sociales en Brasil. Nuestras proposiciones iniciales sugieren que existía una sintonía directa de los planes de enseñanza con las gramáticas modernizantes de la década de 1930.

PALABRAS CLAVE: *Escola Livre de Sociologia e Política. São Paulo. Ciências Sociais.*

¹Doutor em Ciências Sociais, Professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



INTRODUÇÃO

Neste artigo tomamos por objeto os programas de ensino ministrados nos primeiros anos de funcionamento (1933-1937) do curso de bacharelado em Sociologia e Política da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) – instituição pioneira no ensino em Ciências Sociais da América Latina – com o objetivo de analisar o conteúdo curricular da primeira turma da instituição, e propor que o seu programa de ensino vinculava, em certa medida, a institucionalização das ciências sociais no Brasil ao campo específico da ação política ensejada a partir de 1930, cujo foco era a modernização nacional. Enseja-se esta argumentação a partir da análise dos temas ministrados nas disciplinas, bem como dos objetivos declarados pelos professores e dirigentes institucionais envolvidos na criação e nos programas disciplinares da ELSP.

A ELSP NO CONTEXTO POLÍTICO DOS ANOS 1930

É importante considerar aqui – como já afirmado por outros pesquisadores que investigam a história das ciências sociais e/ou a formação da ELSP¹ – que a Escola Livre de Sociologia e Política enquanto projeto elaborado e desenvolvido pelas elites intelectual e empresarial paulistas, relacionadas ao Partido Democrático (1926) e à cultura política do modernismo dos anos 1920, era também uma resposta intelectual à corrente política rio-grandense, capitaneada por Getúlio Vargas, que emergiu ao poder nacional após a revolução de 1930.

Sem negar este pano de fundo, queremos propor, em sentido complementar, que a afirmação metodológica e disciplinar da ELSP, expressa no conjunto dos temas que compôs o seu currículo inicial (1933-1937), bem como no relato de seus primeiros professores, acabou por cooperar com os objetivos de modernização postos aos rumos do país a partir da terceira década do século XX. Neste ponto releva-se uma questão um tanto quanto contraditória: se a pretensão inicial dos criadores da ELSP era a de se contrapor ao projeto autoritário iniciado por Vargas em 1930, como pode ter a escola colaborado tecnicamente com o Estado naquela década? A nossa resposta tende a creditar à cooperação técnica e às gramáticas modernizantes do momento o logro da relação da escola com as políticas públicas estatais e, isso, diga-se de passagem, nos parece, foi fundamental para a consolidação da ELSP e, portanto, da institucionalização das ciências sociais em São Paulo e no Brasil.

¹ Ver LIMONGI, 1989, p.220; BERLINCK, 1964; MORAIS, 2009; BERLINCK, 2009; SIMÕES, 2009, p.35-36;



Se os rumos traçados pelos criadores da ELSP para os objetivos da instituição eram inicialmente contrapostos ao projeto varguista, acabaram, por força do espírito do tempo, desaguando em formas muito similares de escopo, objetivos comuns, quando se tratou de pensar as necessidades do país.

Tal como registrou Fernando Limongi (1989), bem como Carla Diéguez *et al.* (2008), a ELSP nasceu profundamente ambientada a uma intenção intervencionista formando quadros dirigentes capazes de agir de modo “eminentemente científica[o], à altura das exigências do meio social contemporâneo” e, assim, a escola objetivava oferecer “aos estudiosos um campo de cultura e de preparo indispensável para eficiente atuação na vida social”². Algo este notadamente sinérgico às gramáticas modernizantes dos anos 1930.

Aqui, nos apropriamos do termo gramática modernizante em sentido muito próximo ao atribuído por Edson Nunes (2003) em a *Gramática política do Brasil*, onde distingue, para a caracterização do processo político a partir de 1930,

diferentes conjuntos de relações possíveis entre modo de produção, padrões de ação social e instituições políticas formais (...) [onde] existem quatro padrões institucionalizados de relações ou “gramáticas” que estruturam os laços entre sociedade e instituições formais no Brasil: clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos. Dos quatro, apenas o último reflete claramente a lógica do moderno mercado capitalista. (NUNES, 2003, p.17)

Em nossa proposta de compreensão os professores e intelectuais envolvidos na criação da ELSP estavam comprometidos com o ‘espírito do tempo’ do período pós revolução de 1930 que consistia, basicamente, do ponto de vista de boa parte das elites política, intelectual e empresarial, em ver os modos arcaicos de trabalho e produção típicos do Brasil tradicional, e o conseqüente desdobramento político e oligárquico do sistema, como ponto fundamental a ser superado para o alcance do desenvolvimento material, político e social brasileiros.

Aqui vale notar que, embora muitos dos intelectuais envolvidos na criação da ELSP estivessem relacionados, pouco antes, com ideais liberais tais como os expressos nas linhas do programa do Partido Democrático³ (PD), acabavam por fim abandonando, tal como todas as correntes políticas que emergiram em fins da Primeira República (1889-1930), a tentativa de

² Extraído do Manifesto da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo de 27 de abril de 1933.

³ Sobre esse aspecto registra PAIM (1989, p.223) que “é o período em que a elaboração teórica e a atuação política de índole liberal deslocam-se para São Paulo, com a criação do Partido Democrático em 1926. Esse processo iria, entretanto, coincidir com a formação da denominada Aliança Liberal, a que se seguiram a Revolução de 1930 e os agitados anos daquela década. É o período de franca ascensão do autoritarismo, culminando com o Estado Novo.”



organizar de baixo a sociedade civil rumo à consubstanciação da representação política e partidária⁴. Assim é que

na década de trinta ninguém parecia preocupado com a adequada configuração da sociedade civil, a serviço da representatividade do sistema e da busca de sua legitimação. As reivindicações de classes e grupos eram identificadas e levantadas apenas para promover a radicalização, já que o embate maior se travava entre dois agrupamentos autoritários – o comunista e o integralista – buscando ambos apoiar-se na tradição nacional, mas igualmente voltados para inspirações externas. Em meio a esse contexto, os liberais, desprovidos de doutrina, agarravam-se à defesa da liberdade em seus aspectos meramente formais. (PAIM, 1989, p.421)

Nos eixos das gramáticas modernizantes preferiu-se o autoritarismo técnico; a substituição das instituições liberais por instituições intervencionistas lastreadas em dados e estatísticas; ao mesmo tempo preferiu-se, também estes caminhos, porque era a contramão dos ideais revolucionários dos comunistas (PCB) e dos integralistas. Para o tema da modernização a sentença era – para as elites paulistas e gaúchas, e nisso combinavam – técnica e ordem.

Assim é que a linha de intervenção adotada por Getúlio Vargas não foi muito diferente daquela anunciada no manifesto da ELSP ou vice-versa. Sobre este aspecto vale ressaltar que

a linha fundamental seguida por Vargas, a partir mesmo dos primeiros anos de seu governo, consistiu no empenho em transformar questões políticas em problemas técnicos. Buscaria universalizar essa diretriz, na medida em que o governo devia realizar-se em meio a vigência de amplas franquias democráticas, a que não estava habituada a elite rio-grandense, com o agravante de que as pressões se faziam de forma difusa e anárquica, já que não havia nenhum agrupamento apto a lutar pela organização efetiva do sistema representativo. (PAIM, 1989, p.421)

Como é sabido, a pedra de toque do acalanto de classes promovido por Vargas foi a legislação corporativista que “surgiu como um esforço para se criar uma solidariedade social e relações pacíficas entre grupos e classes, onde não teriam lugar a tradicional divisão entre partidos políticos nem os erros da ordem econômica liberal.” (NUNES, 2003, p.18) Foi nesse ponto, justamente que a ELSP se tornou colaboradora. Provavelmente menos por afinidade

⁴ Neste ponto, a título de ilustração que reforça nossas considerações vale pequeno trecho de texto de Cyro Berlinck, diretor da ELSP da criação até os anos 1950, onde registra este abandono da política pela técnica de forma que nos parece bastante consciente. Escreve em 1964: “com o malogro da Revolução Constitucionalista, qualquer veleidade de liderar politicamente a nação, na trilha do desenvolvimento, desapareceu. Restava uma solução apenas: a solução pedagógica.” (BERLINCK, 1973, p.252)



política e mais por vislumbrar a oportunidade de viabilizar as tarefas propostas em seu manifesto de fundação. As pesquisas sobre padrão de vida, desenvolvidas na escola concomitantemente ao desenvolvimento dos seus primeiros anos de ensino são provas concretas do que até aqui argumentamos.

Carla Diéguez *et al.* (2008) tratou com profundidade o assunto analisando o contexto e as pesquisas sobre padrão de vida de trabalhadores na cidade de São Paulo empreendidas pela ELSP entre 1934 e 1937 e uma das conclusões a que chegou é conveniente para reforçar o que dizemos até aqui, pois

as pesquisas subsidiaram de maneira significativa a implantação do salário-mínimo no país. Trata-se de inovadora produção de sociologia aplicada entre nós. A escolha do tema – condições de vida de trabalhadores – tem parentesco com os interesses de Roberto Simonsen, figura central no processo de criação da ELSP, que, desde os anos 1910, demonstrava preocupação com as condições de vida do operariado. (DIÉGUEZ *et al.*, 2008, p.9)

As pesquisas constituíam “um dos exercícios práticos previstos pelo regulamento da escola.” (DAVIS, 1934, p.115) algo este expresso nos programas de disciplina e Cyro Berlinck, que por muitos anos foi diretor da ELSP, afirmou que a pesquisa (...) “foi o início de um processo social, tendendo para que o problema salarial, que anteriormente era resolvido em ambiente emocional, passasse a ser resolvido de forma racional” (BERLINCK, 1964, p.284), pois a partir das conclusões da pesquisa foi elaborado “um índice do custo de vida dos operários paulistas. Este índice foi adotado pelos tribunais do trabalho e para a arbitragem dos dissídios salariais.” (DIÉGUEZ *et al.*, 2008, p.12). Assim, pois

é de se notar que as duas pesquisas estavam unidas pelo propósito de fornecer informações que auxiliassem no planejamento de políticas salariais (...) [E que] a ELSP concentrava-se na Sociologia Aplicada, empírica, voltada para a proposição de ações que superassem problemas delimitados, a fim de proporcionar maior desenvolvimento social (DIÉGUEZ *et al.*, 2008, p.26-29)

Ora, se a direção política do Estado implantado por Getúlio Vargas não agradava aos criadores da ELSP, ele não se pode dizer do modelo de intervenção técnica adotado haja vista esta relação entre a legislação trabalhista e as pesquisas do padrão de vida. Seguindo a gramática do moderno toda e qualquer intervenção partiu do entendimento técnico dos problemas; a direção deveria ser mais intelectual que política, portanto. Veremos, pois, o que os programas de ensino da ELSP têm a revelar sobre o espírito do tempo.



ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE ENSINO DA ELSP

A ideia de tomar os planos de ensino como material de análise empírica neste artigo advém da seguinte formulação lógica: se a ELSP tinha alguma pretensão prática, didática e pedagógica e esta se realizou tal qual registrada no manifesto de fundação da instituição, então, deve ser também lógico que se encontre indícios dessas pretensões no conteúdo programático que foi desenvolvido junto aos alunos da instituição.

Deste modo é que propomos uma sistematização e análise dos programas de ensino dos primeiros anos da ELSP com a finalidade de revelar e aprofundar os argumentos que possam levar a alguma compreensão do problema formulado em nossa introdução.

A seguir dispomos as disciplinas que compunham o conteúdo programático da instituição no período 1933-1937 (primeira turma) segundo classificação a ser explicada posteriormente com análise:

Tabela 1. Disciplinas generalistas, docentes, ano e quantidade de semestres – ELSP 1933-1937

<i>Disciplina</i>	<i>Docente</i>	<i>Ano</i>	<i>Semestres</i>
Sociologia Geral	Samuel Lowrie	I	2
Psicologia Social	Raul Briquet	I	1
Economia Social	Horace Davis	I	2
Introdução à Economia	Antônio Piccarolo	I	1
Biologia Social	André Dreyfus	I	1
Antropologia Cultural	Não consta	II	1
Economia Mundial	Edgard Gothsch	II	2
Ideias e Correntes Políticas Contemporâneas	Não consta	II	2
Economia Brasileira	Roberto Simonsen	III	2
História Política e Social do Brasil	Não consta	III	2

Fonte: Informações e programas da ESLP 1933-1937

Na Tabela 1 estão dispostas as disciplinas 'generalistas' que compunham o primeiro currículo do bacharelado em Sociologia e Política da ELSP. O curso era realizado em três anos divididos em seis semestres. Algumas disciplinas eram repetidas de um semestre para o outro e outras duravam apenas um semestre.

O programa de ensino geral contava com dez disciplinas generalistas, isto é, disciplinas que tinham o objetivo de abordar os conceitos e métodos fundamentais das ciências sociais e áreas afins, tais como Economia, Psicologia Social e Biologia Social. Esta última revela algo comum ao ensino de Sociologia à época: trazer os conceitos básicos de biologia diferenciando



os humanos de outros animais, sem, no entanto, deixar de abordar os temas da organicidade natural que trespassam explicações tais como: gênero, raça, espécie etc.

Sociologia, economia e história política serão as disciplinas que terão mais espaço, ocupando ao menos dois semestres. Interessante notar que Antropologia terá pouco espaço no plano de ensino geral do curso, ocupando em três anos somente um semestre.

Entre os professores destacam-se Samuel Lowrie, lecionando Sociologia Geral e Horace Davis que ministrou Economia Social; ambos serão os coordenadores das pesquisas sobre o padrão de vidas dos trabalhadores da cidade de São Paulo citadas na primeira parte deste texto. Ainda, ressaltam-se Roberto Simonsen, o principal entre os criadores da ELSP e o médico Raul Briquet, responsável pelo ensino de Psicologia Social.

Tabela 2. Disciplinas aplicadas, docentes, ano e quantidade de semestres – ELSP 1933-1937

<i>Disciplina</i>	<i>Docente</i>	<i>Ano</i>	<i>Semestres</i>
Estatística	Bruno Rudolfer	I	2
Fisiologia do Trabalho	Antonio Ferreira Almeida Jr	I	1
Psicotécnica	Robert Mange	I	1
Política Financeira	Não Consta	II	2
Política agrária, comercial e industrial	Não Consta	II	2
Educação Nacional	Raul Briquet	II	1
Demopsicologia brasileira	Não Consta	III	1
Administração federal, estadual e municipal	Mario Sergio Cardim	III	1
Organização do trabalho	Jorge Street	III	1
Serviços Sociais	Antonio Carlos Pacheco e Silva	III	1
Problemas Paulistas	Não Consta	III	1

Fonte: Informações e programas da ESLP 1933-1937

Na Tabela 2 estão arroladas onze disciplinas que classificamos aqui como ‘aplicadas’. Denominamos aplicadas as disciplinas voltadas aos temas dedicados à tarefa de formação para intervenção no meio social, tal como registrado nos objetivos expressos no manifesto de fundação da ELSP.

Interessante notar, para os propósitos que enunciamos na primeira parte deste artigo, que das onze disciplinas aplicadas que compõem o programa de ensino do bacharelado em Sociologia e Política, ao menos três são diretamente voltadas ao tema do trabalho, quais sejam: fisiologia do trabalho, psicotécnica e organização do trabalho.



Ainda, reforçando a preocupação do curso com os temas caros às gramáticas modernizantes somam-se outras seis disciplinas: política financeira; política agrária, comercial e industrial; administração federal, estadual e municipal; serviços sociais; educação nacional e; problemas paulistas. Neste diapasão duas disciplinas serão voltadas ao processamento e análise de dados quantitativos: estatística e demopsicologia brasileira. A ênfase desta parte aplicada do curso se dará na realização de dois semestres para as disciplinas de Estatística; Política agrária, comercial e industrial e; política financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, podemos notar certo equilíbrio entre as disciplinas generalistas e as aplicadas, mas o que não se pode descartar é que praticamente 50% do curso era ocupado com disciplinas relacionadas a problemas de ordem prática e, mais ainda, que estas disciplinas aplicadas eram ministradas desde o primeiro semestre do curso até o último, sempre entremeadas às generalistas.

Entre as disciplinas aplicadas, destacando àquelas voltadas à temática do trabalho – tema por demais relevante no espírito modernizante dos anos 1930 – destacamos, à guisa de aprofundamento da análise, o curso de psicotécnica, ministrado por Robert Mange, no segundo semestre do primeiro ano do curso. Os temas elencados para discussão falam por si: aptidão profissional; aquisição da técnica do trabalho; organização tecno-psicológica do trabalho e; missão social da psicotécnica nas atividades produtoras do país.

Esta curta análise dos programas leva a crer que, de fato, tal como nas palavras de um dos fundadores da ELSP, a instituição andava a boas passadas na esteira do tempo no sentido de viabilizar “a solução harmônica dos interesses das duas classes [trabalhadora e proprietária dos meios de produção] por investigações científicas das condições reais de trabalho e pela aplicação inteligente das leis econômicas que regem a produção” (SIMONSEN, 1932, p.49). Nada destoante da direção política encaminhada pelo Estado varguista até 1945⁵. No mesmo sentido registrará Samuel Lowrie, professor da ELSP e coordenador da primeira pesquisa sobre o padrão de vida empreendida pela instituição: “a ELSP tem a finalidade de formar funcionários técnicos, que, seguindo a carreira administrativa, tanto pública quanto particular, concorram para

⁵ A chegada de Pierson em 1939 e “a criação de uma seção de pós-graduação na ELSP”, por sua iniciativa, “em 1941, dá contornos claros dessa maior inflexão acadêmica do projeto. (LIMONGI, 1989, p.223)



umentar a competência de nossas administrações.” (LOWRIE, 1938, p.105). Competência, trabalho, técnica, leia-se racionalização, eficiência e modernização.

Assim é que, “por onde quer que se procure analisar a criação da ELSP, é impossível negar sua característica básica: as preocupações práticas e atreladas a políticas públicas específicas.” (LIMONGI, 1989, p.221) e, agora, propomos a preocupação com a modernização do país por meio não mais da política, mas sim da ciência. Aqui, das ciências sociais.

REFERÊNCIAS

BERLINCK, Cyro. Liderança e liberdade. **Sociologia**: revista dedicada à teoria e à pesquisa nas ciências sociais, São Paulo, Sociologia e Política, v.26, n.3, p.281-305, set. 1964.

BERLINCK, Cyro. Comemorações do 40º aniversário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. **Ciências Políticas e Sociais**, São Paulo, v.2, n.2, p.251-253, 2. Semestre 1973.

BERLINCK, Manoel Tosta. A criação da ELSP. In: KANTOR, Iris.; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio Assis. (orgs.). **A Escola Livre de Sociologia e Política**: anos de formação, 1933-1953, depoimentos. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009, p.163-181.

DAVIS, Horace. Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo. **Revista do arquivo municipal de São Paulo**, São Paulo, v.13, p.111-166, 1934.

DIÉGUEZ, Carla et al. (orgs.) **As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo**: Horace Davis e Samuel Lowrie pioneiros da sociologia aplicada no Brasil. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2008.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sergio. (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. V.1. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais; IDESP, 1989, p.217-233.

LOWRIE, Samuel Harman. Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da limpeza pública da municipalidade de São Paulo. **Revista do arquivo municipal de São Paulo**, São Paulo, v.51, p.183-311, 1938.

MORAIS, Rubens Borba de Moraes. Da semana de arte moderna à fundação da escola livre: no calor de 1932 In: KANTOR, Iris.; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio Assis. (orgs.). **A Escola Livre de Sociologia e Política**: anos de formação, 1933-1953, depoimentos. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009, p.199-208.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

PAIM, Antonio. Liberalismo, autoritarismo e conservadorismo na república velha. In: PAIM, Antonio; BARRETO, Vicente. **Evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p.203-250.



PAIM, Antonio. Correntes e temas políticos contemporâneos. In: PAIM, Antonio; BARRETO, Vicente. **Evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p.419-460.

SIMONSEN, Roberto. **À margem da profissão**: discursos, conferências, publicações. São Paulo: São Paulo Editora, 1932.

SIMÕES, Júlio Assis. Um ponto de vista sobre a trajetória da Escola de Sociologia e Política. In: KANTOR, Iris.; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio Assis. (orgs.). **A Escola Livre de Sociologia e Política**: anos de formação, 1933-1953, depoimentos. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009, p.35-42.